



**Negras Minas:
o sentido do trabalho
para as mulheres negras**

**Black Mines:
the meaning of work
for black women**

Eliana Costa Xavier

Psicóloga/UNISINOS. Especialista em Saúde Pública – ESP/RS. Mestranda Psicologia Social
PUCRS – PROBOLSAS. Cachoeirinha/RS-Brasil

Glauca Maria Dias Fontoura

Psicóloga/UNISINOS. Especialista em Políticas Públicas de Gênero e Promoção da Igualdade
Racial - PUCRS. Porto Alegre/RS-Brasil

Resumo:

As mulheres negras construíram uma relação social, histórica, cultural e principalmente, de resistência com o trabalho. A contemporaneidade sinaliza ao fazer feminino negro independização e poder que transforma as mulheres negras em protagonistas no processo subjetivo de manutenção histórica das famílias negras. As estratégias que garantiram amparo e sustentabilidade às negras brasileiras e suas famílias durante o sistema escravista, além de marcador de resistência cultural, caracteriza como elas se subjetivam, vêem o mundo e lidam com as relações de poder dentro do espaço social. Através dos tempos, o trabalho marcou o esforço das mulheres negras transformando a obtenção e conquista da alforria em relação de potencial empreendedorismo. Mais que simplesmente sustentar a prole, elas dirigem toda energia para qualificar os lugares onde habitam.

Palavras-chave: Mulheres negras, identidade, trabalho, subjetividade, saúde.

Abstract:

Black women built a social, historical, cultural and especially resistance to the work. The contemporary black female signals to make making something independent and power that turns black women protagonists in the subjective process of maintenance of historic black families. The strategies that ensured protection and sustainability to Brazilian black and their families during the slave system, and cultural resistance marker, characterized as they subjectify, see the world and deal with the relations of power within the social space. Through the ages, the work marked the struggle of black women transforming the acquisition and conquest of enfranchisement in relation to potential entrepreneurship. More than simply sustain offspring, they direct all energy to describe the places they inhabit.

Keywords: Black Women, identity, work, subjectivity health.

Introdução

As mulheres negras, ao longo de sua construção social, tiveram sua subjetividade organizada na forma de um legado de lutas. A identidade cultural dessas mulheres tem configurado através da história lugares distintos que se distinguem pela afirmação de um marcador identitário étnico racial e de gênero. A Diáspora Africana¹ conferiu a mulher negra o legado das representações ligadas à sexualidade e cuidado, responsabilidade e sustentabilidade do grupo familiar.

Após a Abolição, a população negra até então escravizada ou recém-liberta configurava uma poderosa reserva de força de trabalho o que propiciou que as mulheres negras fortalecessem sua inclusão no mundo das relações laborais, com captação de recursos financeiros. Como mulheres e como negras, elas vivenciaram essas relações como nenhum outro grupo o fez, pelo menos, grupo algum vivenciou as relações interpessoais e de trabalho em um cenário em que fora destituído de humanidade, a população negra escravizada no Brasil foi coisificada².

A mulher negra traficada para o Brasil manteve consigo valores do além mar, ainda que este outro espaço seja completamente adverso a sua antiga realidade social. Há registros³ de mulheres negras escravizadas ou libertas que em prol de sua independência econômica e ascensão a um determinado status social e político, organizaram sua sustentabilidade de acordo com o sistema vigente. Em Salvador do século XIX,

[...] as relações escravistas se caracterizavam pelo sistema de ganho. No ganho de rua, principalmente através do pequeno comércio, a mulher negra ocupou lugar destacado no mercado de trabalho urbano. Encontramos tanto mulheres escravas colocadas no ganho por seus proprietários, como mulheres negras livres e libertas que lutavam para garantir o seu sustento e de seus filhos⁴.

A autora ratifica que a atividade como Ganhadeira era natural às negras traficadas, pois nas sociedades africanas as tarefas de subsistência doméstica e circulação de gêneros eram delegadas às mulheres. Muitas Ganhadeiras africanas eram provenientes da costa da África, lá o pequeno comércio era tarefa feminina e lhes garantia papéis econômicos importantes. Neste processo algumas mulheres reorganizaram a primeira e mais antiga atividade de mucama, que hoje configura o fazer das empregadas domésticas enquanto que outras povoaram o comércio prestando os mais diversos serviços. Ao se tornarem lavadeiras ou quitadeiras perceberam que poderiam desenvolver outras tantas profissões, mesmo em condições precárias de subsistência e conhecimento. A maioria dessas mulheres⁵ caracterizava a cor parda ou negra, o analfabetismo e a sobrevivência a partir do pequeno comércio, como quitadeiras, donas de tavernas, artesãs, costureiras e de suas “agências”,

¹ BONFIM, Vânia. A identidade contraditória da mulher negra brasileira: bases históricas In: NASCIMENTO, Elisa. (Org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 238.

² BONFIM, 2009, p. 241.

³ SOARES, Cecília Moreira. As Ganhadeiras: Mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. *Afroasia*. Salvador, n. 17, p. 57-71. 1996. p. 57.

⁴ SOARES, 1996, p.57.

⁵ SILVA, Lucia Helena Oliveira. Emergindo do silêncio: libertos e afro-descendentes no pós-abolição (1888/1930). 4^o *Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, PR. 2009. Disponível em: <<http://www.labhstc.ufsc.br/ivenccontro/pdfs/comunicacoes/LuciaHelenaOliveira.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2010. p 10.

isto é, do trabalho esporádico como cartomantes, feiticeiras, parteiras, cozinheiras, lavadeiras, mucambas⁶, engomadeiras.

Na trajetória de vida destas mulheres o trabalho aparece como aspecto cultural de extrema importância. Dados históricos⁷ apontam as quitadeiras como um grupo de mulheres que fortaleceram no século XVII o comércio no Brasil e em Luanda na África, lugar onde até hoje a profissão de quitadeira continua sendo exercida exclusivamente pelas mulheres. Este confronto marca na trajetória da mulher negra uma organização subjetiva, pois, as mulheres negras se reconhecem culturalmente como provedoras, como alguém que *tem* que dar conta de outrem, quando numa situação de não produção, seja por incapacitação física, temporária ou não, seja por estar fora do mercado de trabalho, fere-se a representação mental que nutriam de si. E isso influencia no seu bem estar.

E isso influencia no seu bem estar, e ainda salientamos de acordo com

[...] o outro modo de compreender a origem do sofrimento psíquico está relacionado à aniquilação da identidade cultural dos africanos e de seus descendentes durante e após a escravização, pela negação das suas culturas, valores éticos, estéticos e cosmológicos, sofrida durante a integração compulsória ao modelo ocidental branco, supostamente universal⁸.

A subjetividade da mulher negra se reestruturou como alguém que se sente capaz de dar conta dessa história mental, lhe sustentando e impulsionando subjetivamente nos mais diversos fazeres aos quais se propõe. Temos então marcadores étnicos, históricos e culturais construídos de forma a transcender o caminho percorrido apenas nesse país, mas com sujeitos subjetivados retomando antigas marcas objetivadas na forma de sobrevivência e sustentabilidade.

Os acontecimentos vividos na violência da diáspora e cuja convivência as mulheres africanas não possuíam, proporcionou a captura de saberes distintos vivenciados na realidade a qual foram sujeitadas, fortaleceram e se redescobriram naquilo que era desconhecido como forma para dar vida a si e outras pessoas. Considerando que na Diáspora as mulheres africanas tiveram que abandonar a percepção que tinham de si e das relações sociais entre homens e mulheres, e que esse violento processo produziu marcas subjetivas que construíram um ser feminino negro ligado a inúmeros fazeres.

Caracterizou-se como uma revisão bibliográfica em artigos que trouxeram dados históricos das experiências das mulheres africanas e negras com relação ao trabalho. A coleta de dados ocorreu através do levantamento das produções científicas/empíricas sobre a feminilidade e questões raciais produzidas entre o final da década de 80 até as produções mais atuais, com

⁶ Criadas de quarto

⁷ PANTOJA, Selma. Conexões e identidade de gênero no caso Brasil e Angola, sécs. XVII-XIX. Universidade de Brasília. UNB, 2008. Disponível em: <<http://www.casadasafricas.org.br/img/upload/415151.rtf>>. Acesso em: 14 abr. 2008. p. 5.

⁸ ALVES, Miriam. & Seminotti, Nédio. Atenção à saúde em uma comunidade tradicional de terreiro. *Revista de saúde pública*. 43(Supl. 1), 2009, p.89.

informações construídas a partir de bases de dados eletrônicos, utilizando as palavras, mulher negra, identidade, história, trabalho e subjetividade. Da mesma forma, buscamos na literatura as referências citadas pelos artigos pesquisados/encontrados.

Para a pesquisa do tema proposto foram selecionados na literatura (artigos e livros) segundo os seguintes critérios de inclusão: estar redigido em língua portuguesa e abordar temas relacionados à relação feminina africana/negra com o trabalho e o seu significado/sentido. Igualmente incluímos artigos que enfatizavam aspectos históricos das mulheres negras, bem como da descendência africana Mina.

Assim, expomos a relação das mulheres negras com o trabalho, enquanto importante marcador identitário feminino e herança histórica-cultural de resistência das mulheres africanas. A pesquisa revela como o trabalho, a estratégia que garantiu durante o sistema escravista, amparo e sustentabilidade às mulheres negras brasileiras e de suas famílias. Mucamas, quitadeiras, Ganhadeiras ou domésticas, entre tantos outros fazeres, que constituem o sentido do trabalho como importante marcador identitário das fortalece as mulheres negras na contemporaneidade.

Podemos dizer então que o trabalho além de ser uma forma de resistência cultural, demonstra como elas se subjetivam, vêem o mundo e lidam com as relações de poder dentro do espaço social. Mais que uma forma de independização, é ele que pode transformá-las em protagonistas no processo subjetivo de manutenção histórica das famílias negras.

Os sentidos do trabalho

O trabalho é rico de sentido individual e social, pois é um meio de produção da vida de cada um que ao prover subsistência, cria sentidos existenciais e contribuir na estruturação da identidade e da subjetividade. O trabalho pressupõe uma relação de dupla transformação entre o homem e a natureza, geradora de significado⁹. As autoras conceituam o sentido do trabalho como uma estrutura afetiva plena de significados e legitimam o conceito, mostrando-o enquanto um construto psicológico multidimensional e dinâmico, formado da interação entre variáveis pessoais e ambientais e influenciado pelas mudanças no indivíduo, ao seu redor ou no trabalho.

É importante destacar que o significado do trabalho¹⁰, refere-se à representação social que determinada tarefa tem para quem o executa, seja individual (a identificação de sua ação no resultado da proposta), para o grupo (o sentimento de pertença ao grupo comprometido com a execução daquela ação), ou social (o sentimento de executar um trabalho que contribua para o todo, isto é à sociedade). A definição de sentido do trabalho, para além do significado – individual, coletivo e social do trabalho –, aparece o quão útil para o grupo ao qual se pertence é a tarefa executada, a auto-realização e a satisfação, o sentimento de desenvolvimento e evolução pessoal e profissional e a liberdade e autonomia para a execução das tarefas.

⁹ TOLFO, Suzana da Rosa; PICCININI, Valmíria. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Psicologia & Sociedade*; 19, Edição Especial 1. 2007.p 38.

¹⁰ TOLFO e PICCININI, 2007, p. 39

Sendo o construto do sentido do trabalho compreendido como um componente da realidade social construída e reproduzida, que interage com diferentes variáveis pessoais e sociais e influencia as ações das pessoas e a natureza da sociedade num dado momento histórico, podemos pensar que o rompimento no circuito de significados do ponto de vista das mulheres negras, pode ocasionar sofrimento e, que pode comprometer a saúde mental¹¹. Para as mulheres negras a função social do trabalho, mais do que a sobrevivência pessoal e familiar, em relação à família e as garantias individuais de sobrevivência, significa a independência econômica e recompensa financeira. Nesse sentido, a relação com o trabalho pode ter o sentido de crescimento pessoal, mesmo que o esforço subjetivo proporcione subordinação hierárquica e cause um desafio intelectual e mental.

Ao articular subjetividade e trabalho¹², definem que um trabalho com sentido pode ser influenciado por fatores altamente influenciados pelo meio no qual o indivíduo está inserido (culturais e sociais) igualmente, o contexto social e cultural do sujeito influencia sua posição a respeito do tema. Para as autoras, trabalho com sentido é aquele que realiza, satisfaz e estimula o sujeito para a execução das tarefas, assim, é aquele que permite ao trabalhador a autonomia de poder exercer sua criatividade e pensar. Podemos pensar que para as mulheres Minas a importância e o desafio desse Fazer estava justamente no vislumbrar outra condição social para si e para seus familiares. Alertam ainda que

[...] a falta de sentido na tarefa individual e o desconhecimento do sentido da tarefa coletiva adquirem a sua verdadeira dimensão psicológica na divisão e separação do seres humanos. Na sua concepção do choque entre um indivíduo, dotado de uma história personalizada, e a organização do trabalho, portadora de um caráter despersonalizante, emerge uma vivência e um sofrimento¹³.

Entretanto, se é possível no sentido no trabalho a transformação do sofrimento em prazer pela utilização das competências e liberdades individuais, a relação das mulheres com o trabalho tornou-se fundamental para a manutenção da sua saúde mental. Ainda que o trabalho esteja popularmente associado a significados de tortura e sofrimento, a capacidade das mulheres negras de transformar a natureza vivida, também foi geradora de significados como justiça, possibilidade de segurança e de autonomia, de autodesenvolvimento, de relacionamentos satisfatórios, dentre outros sentidos¹⁴. Nesse sentido, não podemos dizer que as mulheres negras deixaram de atribuir significados e sentidos positivos ao seu fazer, ao contrário de alguns seres humanos que reconhecem o trabalho somente como algo obrigatório e necessário à sobrevivência. Tal aquisição impossibilita a percepção do trabalho como ação integradora, pela qual podem criar e reconhecer-se como indivíduos e seres sociais.

¹¹ TOLFO e PICCININI, 2007, p. 40.

¹² TOLFO e PICCININI, 2007, p. 42.

¹³ TOLFO e PICCININI, 2007, p. 42

¹⁴ TOLFO e PICCININI, 2007, p. 45

O fazer feminino negro: mão de obra, trabalho, ocupação ou labor?

Há mais de meio século a população africana passou por uma migração forçada para toda a América e Europa. O tráfico negreiro¹⁵ surge a partir do processo de colonização das Américas, com a necessidade dos povos suprirem as dificuldades de mão-de-obra necessária para a expansão comercial no mundo.

As referências históricas sobre o compelido processo da Diáspora africana para o Brasil assinalam que não houve um total desenraizamento de alguns traços da cultura do grupo migrante, antes, mantém profundos vestígios em seus descendentes. Homens, mulheres e crianças arrancados de suas sociedades aportaram no além mar, sem nome ou referências e as diversas culturas, línguas, povos e grupos étnicos dos africanos capturados foram misturadas e radicalmente submetidas sob um mesmo nome ou generalizações completamente sem fundamento¹⁶.

O papel da mulher no percurso histórico do ser humano é de grande valor, principalmente na cultura africana¹⁷. A história das mulheres negras foi assinalada por sucessivas batalhas contra o racismo e o sexismo, e as relações sociais, afetivas e econômicas no mundo são demarcadas por movimentos de luta e resistência à desigualdade de gênero.

Na antiga civilização africana a mulher negra desenvolvia plenamente suas capacidades cognitivas, as populações africanas se organizaram em complexas sociedades, nas quais a primazia na ordem social correspondia à mulher. A organização social baseava-se no sistema matrilinear onde as mulheres tinham completa autonomia moral e intelectual, constituindo-se como elemento central do corpo social.

Na partilha de direitos e responsabilidades a mulher africana desempenhava funções sociais e econômicas e exercia grande poder político¹⁸. Para a autora a mulher negra que veio parar forçosamente no Brasil colonizado, deparou-se com um enorme dilema, e o arcabouço civilizatório trazido consigo da cultura africana entrou em radical conflito com o processo corrente de subalternização da população africana e na imputação dessa ordem sobre si.

A centralidade da mulher negra¹⁹ na África e o lugar sagrado e proeminente que ocupava na tradição civilizatória africana de autonomia econômica, gestão do poder político, foi deixada para trás e passou a sofrer um rápido e violento processo de desfazimento para se encaixar no lugar subalterno de objeto. O contexto contraditório em que a mulher negra se viu inserida configurava conflito puro, pois sua estrutura civilizatória estava alicerçada e orientada por sua concepção de mundo e também na percepção das relações entre homens e mulheres. Além disso, elas tinham um

¹⁵ SOUZA, Elizangela Vilela de Almeida e Freitas, Madalena Dias Silva. A representação das mulheres negras no mercado de trabalho nas cidades brasileiras no século XIX. *Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais* – UEG/UnU Iporá, Vol. 1, no. 1, 2012. p. 76.

¹⁶ SANTOS, Maikon. Cruzando o Atlântico: a construção da identidade Mina entre mulheres no pequeno comércio. *4º Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, PR. Maio. 2009. Disponível em: <<http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/MaykonSantos.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2010. p3.

¹⁷ BONFIM, 2009, p. 241

¹⁸ BONFIM, 2009, p. 224.

¹⁹ BONFIM, 2009, p. 224.

entendimento que de si mesmas como protagonistas de sua própria vida e de uma sociedade que deixaram para trás.

Ao mencionar o processo da diáspora²⁰, afirma que a vida desses sujeitos sociais foi definitivamente marcada por rupturas e continuidades, que remodelaram, sem parar, as representações de si impostas ou assumidas, aceitas ou recusadas, no entanto, todo o sofrimento intrínseco do deslocamento, não apagou os símbolos e valores dos descendentes de África no mundo. Mesmo que a brutal circulação vivida na diáspora tenha ocasionado rupturas a sua identidade cultural da mulher negra reconstruindo-as como Coisa e lhes convertendo em objeto de sexo e labor, o momento histórico de violenta reunião de povos proporcionou a reelaboração de práticas e lugares sociais.

As africanas traficadas para mundos distintos, mesmo destituídas de liberdade, não tiveram os seus pensamentos e crenças sobre si aniquilados, ao contrário, elas levaram consigo a concepção lógica e a linguagem do significado e compreensão de si, quem eram, a quem pertenciam e porque existiam²¹. Assim, a violência persevera como cicatrizes/marcas subjetivas e, no novo território sobrevivem culturalmente e nutrem aspectos importantes, sobretudo na referência de gênero. As mulheres negras forçosamente apreenderam que a árdua trilha de violências às quais foram submetidas não ficou para trás, mas que estas podem fortalecer e devem potencializá-las para constituírem-se como sujeitos sociais.

A população feminina africana desempenhou papel fundamental na manutenção da cultura do trabalho para as mulheres negras na contemporaneidade. A realidade social encontrada no Brasil estimulou o resgate e o fortalecimento de antigos conhecimentos fazendo com que elas interagissem e reorganizassem formas diferenciadas de lidar com as relações sociais no novo mundo.

Inúmeras referências destacam a importância das mulheres negras no contexto econômico e produtivo, mesmo com o grande fluxo migratório e as diversas crises e flutuações econômicas, ocorridas durante o século XIX, ainda que com implicações dentro de um conceito sociológico excludente. A ação das mulheres trabalhadoras negras, dentro da cadeia econômica na sociedade escravista, deixou a sua marca ao estarem cotidianamente presentes nas ruas das freguesias urbanas no Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo. Para as autoras²², as mulheres negras escravas e libertas se envolveram com o comércio interagindo com a estrutura e se distinguiram de forma socioeconômica nas diferentes ocupações, como trabalhadoras e gestoras de seus fazeres, se inserindo tanto no âmbito privado (doméstico), quanto no público, por meio de exploração na venda de mercadorias e também no “aluguel de amas-de-leite cativas” que acabava por render um valor significativo para àqueles com escravos urbanos.

²⁰ SANTOS, 2009, p. 5.

²¹ NOBLES, Wade. Sakhú Sheti: Retomando e Reapropriando um foco psicológico afrocentrado. Em Nascimento, Elisa. *Afrocentricidade – Uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 281

²² SOUZA e FREITAS, 2012, p. 82.

É importante destacar também que algumas dessas mulheres negras alcançaram sucesso no seu intento, inclusive a ponto de se alforriar e outras a partir de sua atuação econômica construíram pequenas fortunas²³. Elas foram responsáveis por movimentarem os centros urbanos vendendo produtos da agricultura fornecidos por pequenos produtores do campo e produtos que elas mesmas produziam como artesanatos, quitandas e doces no geral, enquanto que outras sobreviviam atuando em diversas profissões, como lavadeiras, quitandeiras, vendedoras, amas de leite, engomadeiras, cozinheiras²⁴.

Ao se tornarem lavadeiras ou quitandeiras perceberam que poderiam desenvolver outras tantas profissões, mesmo em condições precárias de subsistência e conhecimento. A maioria dessas mulheres caracterizava a cor parda ou negra, analfabetas e sobrevivendo a partir do pequeno comércio, como quitandeiras, donas de tavernas, artesãs, costureiras e de suas “agências”, isto é, do trabalho esporádico como cartomantes, feiticeiras, parteiras, cozinheiras, lavadeiras, engomadeiras²⁵.

Haviam, também, aquelas que também faziam parte dos trabalhos domésticos²⁶, algumas livres e outras escravas de aluguel, sendo que nas atividades de aluguéis as mulheres eram exploradas por seus senhores (as) que obtinham uma renda significativa, inserindo-se nesse aspecto, as quitandeiras, que eram alugadas em benefício de seus donos (as).

Em pleno sistema escravagista, este "grande tato e tino comercial" reorganizado ou não a partir da diáspora, acrescentou à escrava empenho que podia se traduzir na obtenção e conquista da sua alforria, já que esse seria seu maior e imensurável bem. Através dos tempos as mulheres negras contemporâneas têm transformado o “tino” das Negras de Ganho em potencial empreendedorismo, mais que simplesmente no sentido de sustentar de sua prole, elas dirigem toda a sua força na luta em melhorar as condições de vida de seus descendentes²⁷.

As mulheres negras desempenhavam funções ocupacionais específicas, contudo as Quitandeiras eram percebidas como especializadas, na medida em que eram capazes de

[...] transitar com desenvoltura pela cidade colonial, com sua rede complexa de becos, vielas e ruas estreitas, ir onde o mercado consumidor fosse mais atraente, e se defender contra os perigos que espreitavam na via pública. Por algum motivo ainda não completamente solucionado as minas eram vistas como as mais tarimbadas para este ofício do que qualquer outra²⁸ (p.67).

A herança negra subjetiva: testamentos e legados

²³ MOREIRA, P. Etnicidade e Liberdade: as nações africanas e suas práticas de alforria. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 44, pp. 167-186, 2008. Disponível em: <<http://www.fapa.com.br/cienciasletras>>. Acesso em: 29 mai. 2010. p. 179.

²⁴ SOUZA E FREITAS, 2012, p. 77.

²⁵ SILVA, 2009, p. 10.

²⁶ SOUZA E FREITAS, 2012, p 77.

²⁷ SOARES, 1996, p. 60.

²⁸ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Comércio, Nação e Gênero: As Negras Minas Quitandeiras no Rio de Janeiro 1835 – 1900. *Revista do Mestrado em História. Vassouras*, v. 4, n. 1, p. 55-78, 2001/2002. p.67.

A Herança histórico-cultural das mulheres africanas fortaleceu as mulheres negras contemporâneas que protagonistas, acolheram neste legado subjetivo, a manutenção histórica das famílias negras: o trabalho foi sendo construído como importante marcador étnico, histórico e cultural feminino negro. A província de Mina pode ter projetado na mulher negra brasileira um legado cultural de resistência. Minas foram mulheres negras originárias da África Ocidental, que deixaram um testamento imaterial a toda a descendência feminina negra. Por muito tempo essas mulheres garantiram a sustentabilidade e independização dos grupos familiares negros brasileiros desempenhando funções autônomas, com trabalhos esporádicos nos comércios na pós-abolição.

O termo *Mina*²⁹, utilizado pelo colonizador para denominar grandes áreas africanas de tráfico de escravos, como a Angola, Congo, Benguela, entre outros, acabou sendo incorporado pelos então brasileiros e brasileiras como uma auto designação. As mulheres Minas que em África desempenhavam papel cultural fundamental, em contato com esta realidade social, resgatam e fortalecem seu antigo conhecimento interno, interagem e reorganizam outra forma de resistir e lidar com as relações sociais neste novo mundo.

Esta resistência conforme, se evidencia nos registros de que

[...] cerca de 70 % dos Minas pagaram a seus senhores para conseguirem abandonar a senzala, demonstrando, que privilegiavam as estratégias de trabalho e sobrevivência que lhes possibilitavam acumular recursos pecuniários, daí estarem presentes nas quitandas, feitiçarias/curandeirismo, etc³⁰.

A história das mulheres negras contada através de seus testamentos por Santos (2009, p. 9) denota o trabalho no comércio do grupo Mina para obter a compra de suas alforrias. Tratava-se de mulheres com espírito empreendedor, com forte envolvimento com o trabalho que atuaram tempo suficiente para acumular pecúlio e tecer solidariedades, tendo como uma das referências o pequeno comércio com a finalidade de “comprar” a liberdade. Assim, vendas e quitandas foram os primeiros “jeitos” que as mulheres negras encontraram para re-significar o trabalho, na forma de trazer dignidade e prosperidade à família negra no Brasil.

Alguns estudiosos³¹ os Minas foram portadores de uma resposta cultural ao jugo da escravidão separados do conjunto dos africanos ditos centro-ocidentais – os chamados *bantos* - que formavam a maioria dos nativos do continente negro no Brasil escravista. As referências sobre as Negras Minas mencionam que eram mulheres batalhadoras que por muito tempo garantiram a sustentabilidade e independização do grupo familiar negro brasileiro desempenhando funções com maior autonomia.

Há de se assinalar que os marcadores identitários Mina não tratam se de identidades étnicas dadas, mas sim como construções do tráfico negreiro e das usanças da práxis senhorial vivenciadas pelas mulheres negras no pré e pós abolição. Os limites de entendermos as “nações” que perpassam

²⁹ SANTOS, 2009, p. 6.

³⁰ MOREIRA, 2004, p. 182.

³¹ SOARES, 2001/2002, p. 58

os documentos da era da escravidão como a “nação Mina”³² (como de resto as outras nações africanas) era uma identidade em construção, fruto das profundas mudanças culturais que afetaram os filhos da África nas Américas: mais uma opção política forjada no rigor da experiência escrava que transcendeu às mulheres livres ou libertas.

Há também de se salientar que o povo originário do Continente Africano nos presenteou com a tradição da Casa das Minas, conhecida como principal centro de preservação da cultura jeje daomeana do Brasil, que nos deixou um legado para além da cultura religiosa de matriz africana. As Minas possivelmente eram vistas pelas outras africanas e crioulas, como as mestras de uma obscura religiosidade, escondida na babel de casas perdidas na paisagem urbana, e como depositárias de uma já longínqua tradição religiosa, eficiente para lidar com mitos oriundos das mais diversas matrizes étnicas africanas³³.

As mulheres negras foram se organizando subjetivamente, engendradas por pontos de vista que não são seus enquanto sujeitos, mas de marcas, daquilo que foram se produzindo nelas, na violência e nas incessantes conexões que foram realizando. O sujeito engendra-se no devir³⁴: não é ele quem conduz, mas sim as marcas. O que o sujeito pode, é deixar-se estranhar pelas marcas que se fazem em seu corpo, é tentar criar sentido que permita sua existencialização, e quanto mais consegue fazê-lo, provavelmente maior será o grau de potência com que a vida se afirma em sua existência. A autora denomina marca aos estados inéditos que se produzem em nosso corpo, a partir das composições que vamos vivendo, onde cada um destes estados constitui uma diferença que instaura uma abertura para a criação de um novo corpo. Para ela as marcas são sempre gêneses de um devir e significa que enquanto estamos vivos, as marcas continuam se fazendo marcas em nosso corpo, pois uma vez posta em circuito, uma marca continua viva, quer dizer que ela continua a existir como exigência de criação que pode eventualmente ser reativada a qualquer momento.

Para as mulheres negras essas marcas se constituíram a partir das vivências histórico-culturais, produzindo movimentos, reatualizações e combinações, que hoje configuram a subjetividade dessas mulheres. As experiências vividas ao longo da história seriam então, memórias que se fizeram em seus corpos, não em seu estado visível e orgânico, mas sim em seu estado invisível, onde os corpos vão integrando novas texturas³⁵. Neste processo de pensamento, o que vem primeiro é a capacidade de se deixar violentar pelas marcas, o que no caso das descendentes das mulheres africanas, não teve a ver com subjetivo ou individual, ao contrário, as marcas foram produzidas pelos estados vividos nos corpos dessas mulheres no encontro com outra realidade e a diferença antagonica que as arrancou de si mesmas vieram configurar outras subjetividades. Dessa maneira, é com essa nova subjetividade que nos encontramos nesse estudo. A subjetividade³⁶ traz encarnada em conceitos uma série de marcas que as afetaram e que podem provocar o aparecimento de uma ou várias marcas inusitadas ou mesmo reavivar alguma marca que já estava ali,

³² SOARES, 2001/2002, p. 61.

³³ SOARES, 2001/2002, p. 68.

³⁴ ROLNIK, Suely. Pensamento, corpo e devir. Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. Cadernos de Subjetividade, v.1, n. 2, p. 241-251, set.-fev. 1993.

³⁵ ROLNIK, 1993, p. 244.

³⁶ ROLNIK, 1993, p. 244.

desassossegada, sem que elas pudessem ouvir e/ou responder à sua exigência, produzindo a partir daí, um sentido subjetivo

[...] se expressa de forma permanente na processualidade da ação humana, na qual uma imagem evoca emoções que não estão associadas àquele contexto e que, por sua vez, geram novas imagens, em um processo infinito que marca os diferentes processos e comportamentos presentes nas diferentes atividades humanas. [...] Representa a forma como a realidade torna-se subjetiva e está sempre alimentado por uma experiência vivida, só que esta toma um caráter singular a partir dos sentidos subjetivos que intervêm nesse processo no qual participarão não apenas os sentidos produzidos no contexto da ação, mas sentidos historicamente configurados naquele sujeito, o que implica uma complexa rede³⁷.

O abandono da percepção de si e das relações sociais entre homens e mulheres reverbera nas mulheres negras como marcas de uma subjetividade associada às definições simbólicas produzidas pela história, cultura, conceitos e práticas. Essas marcas configuram a realidade social das mulheres negras apoiando subjetivamente a construção de possibilidades. Responsabilidade, potência e a própria sustentabilidade articulam-se nas ações, saberes e valores intrínsecos constituindo-as como sujeitos de bem estar subjetivo.

Ao empreender a reconstrução de seus marcadores identitários, as mulheres negras os constroem a partir das vivências de séculos de exigência de trabalho, que passaram a se configurar como marcas que constituem sua criação e existencialização como sujeitos. Desse modo, a identidade³⁸ construída historicamente pode ser múltipla (étnica, nacional, racial, de classe) e que os sujeitos sociais que experienciaram esses processos construíram e usaram esses marcadores múltiplos operando em planos paralelos e/ou cruzados, denominamos como Negra Mina ao marcador identitário feminino e negro.

Convergências

A partir dos olhares do percurso teórico aprofundamos a compreensão do movimento do sentido etnicorracial, histórico e cultural do trabalho para as mulheres negras e lançamos construtos estabelecendo tópicos que apontam de forma singular como essas mulheres construíram a relação com o trabalho ao longo da sua estada nesse país. As questões foram organizadas ressaltando a sustentabilidade, como forma de emancipação da mulher negra, os agenciamentos como potencialidades de protagonismo político e por fim, como esse percurso foi incorporado subjetivamente construindo os marcadores nacionais e psíquicos das mulheres negras como Negras Minas.

Sustentabilidade & emancipação

³⁷ REY, Fernando. As representações sociais como produção subjetiva: seu impacto na hipertensão e no câncer. *Psicologia Teoria e Prática*. 8(2), São Paulo. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872006000200005&lng=pt&nrm=acesso>. Acesso em: 06 jun. 2010, p. 6.

³⁸ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. DP&A Editora, 1ª edição em 1992, Rio de Janeiro, 11ª edição em 2006, 102 p, p. 18.

É importante lembrar que no período pré e pós-escravagista, havia um exército de Mulheres Negras no Brasil, desempenhando inúmeros fazeres em distintos espaços. As mucamas e empregadas domésticas morando dentro das casas vinculadas de forma física, espacial e afetiva as patroas/patrões e isso ampliava suas jornadas de trabalho, ao mesmo tempo em que outras, não escravizadas, desempenhavam tarefas rentáveis, desenvolvidas de suas próprias residências de modo mais independente e autônomo.

O papel especial das mulheres Minas no seio da comunidade africana, cujo lugar foi o espaço da própria mulher escrava e africana na sociedade, ainda que tenham vindo em menor número para o Brasil. Dessa forma, o marcador identitário Mina deve ser concebido no contexto dinâmico, de processos identitários “africanas” no Novo Mundo e não estático.

[...] a bibliografia sobre os povos exportados pela Costa da Mina menciona algumas tradições Africanas, sendo que os Minas são uma entre outras nações, e de presença bem inferior a outras. Entretanto, é importante perceber que estas “tradições” foram repensadas e reconstruídas na diáspora, já que urbanidade e comércio não eram monopólio dos ocidentais. Muitos Bantos também encontraram ocupação no comércio de rua, mas nenhum outro grupo teve um exclusivo ocupacional como as mulheres da Mina: quase 100% das mulheres desta nação no Rio eram quitandeiras³⁹.

Mulheres Minas seriam então, o elo decisivo que manteve acesa a chama da história e cultura africana entre a população negra no Brasil, o fato é que as mulheres Minas pela sua luta e participação proeminente, entre outras coisas, nos transmitiram uma relação diferenciada com o trabalho. Para as africanas, o trabalho foi sustentabilidade, afinal significou a liberdade e esse espólio imaterial às mulheres negras na atualidade evoca a elas a manutenção da vida familiar.

Hoje, no Brasil, as mulheres são na maioria chefes de famílias e lutam pela sustentabilidade do grupo⁴⁰. Com o perfil sócio demográfico atual das mulheres brasileiras, tornou-se primordial que tenham uma fonte de renda, uma relação produtiva com um/algum Fazer, na medida em que pode significar a aquisição de bens de consumo.

Agenciamentos: potencialidade e protagonismo político

O processo de subjetividade de cada mulher negra pode ser entendido como um momento da subjetivação dentro da cultura e a partir da história coletiva de outras mulheres negras, ‘momentos que se constituem de forma recíproca sem que um se dilua no outro, e que têm de ser compreendidos em sua dimensão processual permanente⁴¹.

O importante papel desempenhado pelos africanos e africanas Minas⁴² nos processos libertários abolicionistas, especialmente no Levante do Malês⁴³ na Bahia, através da figura de Luíza

³⁹ SOARES, 2001/2002, p. 66.

⁴⁰ IPEA. Primeiras análises: Investigando a chefia feminina de família. *Comunicados IPEA* n. 65, 2013. p 3.

⁴¹ REY, 2005, p. 74.

⁴² SOARES, 2001/2002, p. 64.

⁴³ O levante dos Malês, em 1835, representou o auge de uma série de levantes escravos que sacudiram a província da Bahia na primeira metade do século XIX. A repressão que se desencadeou na Bahia sobre os africanos, escravos e libertos, após a derrota do movimento foi tremenda.

Mahin que teve participação ativa no movimento. Entretanto, após o fracasso da tentativa esses sujeitos históricos se espraíram e foram se aportar em outros ‘portos’ e de lá constituíram uma cultura, muitos foram deportados para fora do país, um grande número com destino ao continente africano.

Assim, mulheres escravas e libertas da Costa da Mina aportaram em outras cidades iniciando uma profunda mudança no panorama étnico do contexto de escravização. Alguns trabalhos, embora estivessem relativamente descompromissados com a problemática das relações das Negras Minas ganhadeiras com o restante da sociedade, comprovam o peso das africanas ocidentais no jeito de fazer comércio e da mercância nas cidades coloniais. As estratégias de resistência em das mulheres Minas quitandeiras traça interessante paralelo com as quitandeiras de África e assinala a presença das mulheres oriundas da Costa da Mina ou de descendentes dessas mulheres africanas em Minas Gerais, Salvador, Rio de Janeiro, Porto Alegre e outras cidades do Brasil⁴⁴.

Nação negra mina!

O processo de diáspora tenha trazido ao Brasil⁴⁵, africanos de diferentes grupos culturais, os descendentes do continente africano ao chegar ao país, mesmo espalhados buscaram e encontraram outras pessoas de sua nação com quem se comunicaram e compartilharam elementos da cultura em comum. Esse construto deu origem à palavra “Nação” que podia ser articulada pelos africanos dependendo das conjunturas políticas, ou da própria política interétnica entre eles. Esta foi a forma com que a população negra encontrou entre si de continuar e desenvolver as culturas africanas específicas nesse novo cenário e, ainda, transmiti-las para as próximas gerações. A “nação Mina”⁴⁶ (como de resto as outras nações africanas) foi marcador identitário étnico estabelecido, fruto das profundas mudanças culturais que afetaram os filhos da África nas Américas. Isto é, que conciliou os costumes apreendidos na vivência brasileira, mas também ouvindo ecos de uma sensibilidade distintamente africana⁴⁷.

Do mesmo modo que a violência da diáspora foi uma realidade até então nunca vivida pelas mulheres africanas, lhes proporcionando vivências extremamente difíceis que se refletem até hoje nas relações de gênero e de raça, as experiências subjetivas de ser mulher, negra e Mina experienciadas por suas ancestrais produzem sentidos subjetivos. As mulheres negras aprenderam a ser Negras Minas⁴⁸, ‘viajando’ pelos saberes da realidade nunca vivida a qual jamais tinham passado por suas mentes e corpos, se identificando com esse legado, se fortalecendo e descobrindo naquilo que era desconhecido e que foram obrigadas a viver, a forma para dar vida a si e outras pessoas.

⁴⁴ SOARES, 2001/2002, p. 60.

⁴⁵ SOARES, 2001/2002, p. 60.

⁴⁶ SOARES, 2001/2002, p. 61.

⁴⁷ GRAHAM, Sandra Lauderdal. Ser Mina no Rio de Janeiro do século XIX. *Afro-Ásia*, 45 25-65, 2012. p. 26.

⁴⁸ BONFIM, 2009, p. 224.

Como marcador da cultura africana, o trabalho, acrescentou às escravas um esforço que pode ser traduzido no início pela obtenção e conquista da alforria e, através dos tempos, as mulheres negras contemporâneas têm transformado esta relação em potencial empreendedorismo. Mais que simplesmente sustentar a prole, elas dirigem toda energia para qualificar os lugares onde habitam. A relação com o trabalho aparece como forma de independização e poder e demarca subjetivamente as mulheres negras, como uma espécie de ‘herança’ ancestral secular da história de resistência deixada pelas mulheres africanas, fortaleceu mulheres negras contemporâneas que se tornaram protagonistas e acolheram neste legado subjetivo, a manutenção histórica das famílias negras.

Novamente, entendemos, com isso, que as mulheres negras caracterizam uma ‘Nação Negra Mina’, visto o modo de ver-se no mundo e lidar com as relações de poder dentro do espaço social. O que caracteriza a resistência cultural das mulheres negras no Brasil e que foi evidenciada desde que a população feminina africana chegou ao país. A estratégia garantiu a permanência delas e a sustentabilidade de suas famílias durante um sistema de completa desvalia humana e continua a fazê-lo após quatrocentos anos.

Considerações Finais

Na perspectiva de contextualizar o exercício atual da psicologia, é importante ratificar a Lei 10.639, ação afirmativa que institui a obrigatoriedade do ensino da cultura africana nos estabelecimento de ensino. A questão da negritude feminina que atravessa este ensaio e converge para uma única questão: como podemos construir uma formação em psicologia congruente com as relações etnicorraciais? Como nossos estudos docentes podem estar produzindo práticas voltadas a uma ação educativa sensível ao significado do racismo, sobretudo aos efeitos psíquicos deste nas vítimas da discriminação na sociedade atual?

É importante destacar o papel da psicologia brasileira⁴⁹ na produção de conhecimento das relações raciais, é evidente a necessidade da psicologia de tomar para si a percepção e o entendimento do que significa ao sujeito carregar a história e cultura negra no Brasil⁵⁰. O sentimento de inferioridade, de não pertencimento a uma sociedade que só reforça o sentimento de exclusão.

A psicologia tem um papel muito importante no combate ao racismo, na medida que combate o evolucionismo social e o determinismo biológico dos sexos e das raças. A constituição da psicologia social brasileira se dá no campo dos estudos das diferenças. O que ela estuda? As relações étnico-raciais, interculturais, intraculturais e de gênero.⁵¹

O saber psicológico deve tornar-se afrocentrado, isto é, deve abarcar conhecimentos que subsidiem práticas desde a experiência dos descendentes dos africanos no mundo, construindo-se

⁴⁹ MUNANGA, Kabenguele. Prefácio. In Carone, I., & Bento, M. A. S. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2002. p. 10.

⁵⁰ NOBLES, 2009, p. 279

⁵¹ SANTOS, Alessandro de Oliveira dos. Relações históricas da psicologia com o racismo: a produção de conhecimento, a prática e a formação. In: I PSINEP 13, 14, e 15 de outubro de 2010. *I-PSINEP-AQUI-ESTAMOS*. Comissão Organizadora do I PSINEP, São Paulo. 2011 p. 31-36. p. 33.

como disciplina que compreenda o sentido subjetivo de ser negra a partir das perspectivas históricas e culturais da população negra.

Referências

ALVES, Miriam. & Seminotti, Nédio. Atenção à saúde em uma comunidade tradicional de terreiro. *Revista de saúde pública*. 43(Supl. 1), p. 85-91, 2009.

BONFIM, Vânia. A identidade contraditória da mulher negra brasileira: bases históricas In Nascimento, Elisa. (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

GRAHAM, Sandra Lauderdal. Ser Mina no Rio de Janeiro do século XIX. *Afro-Ásia*, 45 25-65, 2012.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. DP&A Editora, 1ª edição em 1992, Rio de Janeiro, 11ª edição em 2006, 102 p.

IPEA. Primeiras análises: Investigando a chefia feminina de família. *Comunicados IPEA*. n. 65, 2013. 226p.

MOREIRA, P. Etnicidade e Liberdade: as nações africanas e suas práticas de alforria. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 44, pp. 167-186, 2008. Disponível em: <<http://www.fapa.com.br/cienciaseletras>>. Acesso em: 29 maio 2010.

MUNANGA, Kabengele. Prefácio. In: CARONE, I., & BENTO, M. A. S. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2002.

NOBLES, Wade. Sakhu Sheti: Retomando e Reapropriando um foco psicológico afrocentrado. Em Nascimento, Elisa. *Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

OLIVEIRA, Fátima. *Saúde da população negra*. Brasil Ano 2001, Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde. 2003.

PANTOJA, Selma. *Conexões e identidade de gênero no caso Brasil e Angola: sécs. XVII-XIX*. Universidade de Brasília. UNB, 2008. Disponível em: <<http://www.casadasafricas.org.br/img/upload/415151.rtf>>. Acesso em: 14 abr. 2008.

REY, Fernando. As representações sociais como produção subjetiva: seu impacto na hipertensão e no câncer. *Psicologia Teoria e Prática*. 8(2), São Paulo. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872006000200005&lng=pt&nrm=acesso>. Acesso em: 06 jun. 2010.

ROLNIK, Suely. Pensamento, corpo e devir. Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. *Cadernos de Subjetividade*, v.1, n. 2, p. 241-251, set.-fev. 1993.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos. Relações históricas da psicologia com o racismo: a produção de conhecimento, a prática e a formação. In: I PSINEP 13, 14, e 15 de outubro de 2010. *I-PSINEP-AQUI-ESTAMOS*. Comissão Organizadora do I PSINEP, São Paulo. 2011 p. 31-36

SANTOS, Maikon. Cruzando o Atlântico: a construção da identidade Mina entre mulheres no pequeno comércio. *4º Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, PR. Maio. 2009. Disponível em: <<http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/MaykonSantos.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2010.

SILVA, Lucia Helena Oliveira. Emergindo do silêncio: libertos e afro-descendentes no pós-abolição (1888/1930). *4º Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, PR. 2009. Disponível em: <<http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/LuciaHelenaOliveira.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2010.

SOARES, Cecília Moreira. As Ganhadeiras: Mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. *Afroasia*. Salvador, n. 17, p. 57-71. 1996.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Comércio, Nação e Gênero: As Negras Minas Quitadeiras no Rio de Janeiro 1835 – 1900. *Revista do Mestrado em História*. Vassouras, v. 4, n. 1, p. 55-78, 2001/2002.

SOUZA, Elizangela Vilela de Almeida e Freitas, Madalena Dias Silva. A representação das mulheres negras no mercado de trabalho nas cidades brasileiras no século XIX. *Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais – UEG/UnU Iporá*, Vol. 1, no. 1, p. 74-87. 2012.

TOLFO, Suzana da Rosa e Piccinini Valmíria. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Psicologia & Sociedade*; 19, Edição Especial 1: 38-46. 2007.